



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Processo nº: 45/2024

Modalidade: Pregão RP

Edital nº: 24/2024

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE MARCENARIA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

- **MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO**
- **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 29 de Maio de 2024, às 09:00 horas.**
- **SITE PARA CONSULTAS:** <https://www.licitanet.com.br/> e <https://portal.patrocinio.mg.gov.br/pmp/index.php/publicacoes/licitacoes> .
- **TELEFONE PARA CONTATO: (034) 3839-1800 ramal 203/292**
- **LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA BENEFICIÁRIOS LC 123/06: SIM.**
- **VALIDADE DA PROPOSTA: 90(noventa) dias.**

1. DO PREÂMBULO

1.1 O Município de Patrocínio/MG torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos dos Decretos Municipais nºs 4.312/2024, 4.315/2024 e 4.316/2024, da Lei Federal nº 14.133/21 e Lei Complementar nº 123/06, observadas ainda as determinações das Leis Federais nº 12.846/13, nº 13.709/18 e demais legislações aplicáveis.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisições de ferramentas e materiais de marcenaria para atender o município de Patrocínio/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital, Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos.



2.2. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto e as constantes do Termo de Referência (Anexo I), prevalecerão as últimas.

3. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

3.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverão ser anexadas no portal da Licitanet, ou poderão ser enviados para o e-mail licitacaoptc@patrocinio.mg.gov.br ou ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Patrocínio, no endereço Av. João Alves do Nascimento nº1.452, Bairro Cidade Jardim, Patrocínio/MG.

3.2.1. O documento enviado deverá contar nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

3.3. O Agente de Contratação, responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas diretamente no portal da Licitanet.

3.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de licitação.



4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital, anexos e legislação específica.

4.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

a) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de Patrocínio/MG., nos termos da Lei.

b) declarados impedidos de licitar e contratar com o Município de Patrocínio/MG.

c) declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;

d) com falência decretada ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação;

e) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;

f) enquadradas nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9 e no art. 14, ambos da Lei Federal 14.133/2021;

g) cujo objeto social seja incompatível com o desta licitação;

h) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

i) proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos;

j) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

k) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

4.2.1. A observância das vedações do subitem 4.2 é de inteira responsabilidade do licitante que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

4.2.2. O Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.

5. DO CADASTRAMENTO



5.1. Também poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.1.1. Informações sobre cadastro de fornecedores poderá ser obtido no Sistema de Compras do Governo Federal no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

5.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Patrocínio/MG por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-lo atualizado junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



6.2. No momento do cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:

6.2.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital, conforme modelo sugerido no Anexo II;

6.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; conforme modelo sugerido no Anexo III;

6.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; conforme modelo sugerido no Anexo IV;

6.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo sugerido no Anexo V;

6.2.5. Não existem fatos impeditivos para a sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente, conforme modelo sugerido no Anexo VI;

6.2.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021, conforme modelo sugerido no Anexo VII;



6.2.6.1. No(s) item(ns)/grupo(s)/lote(s) exclusivo(s) para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.2.6.2. No(s) item(ns)/ grupo(s)/lote(s) em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.3. O licitante que apresentar declaração falsa estará sujeito às sanções previstas neste edital e anexos.

6.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



6.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.8.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.8.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. valor unitário do item;



7.1.2. Marca, Modelo se for o caso.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados ou o percentual de desconto, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Agente de Contratação, dar-se-á automaticamente, na data e na hora indicadas neste Edital, no <https://www.licitanet.com.br/> .

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.



8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser a partir de R\$ 0,01 (um centavo).

8.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.8. Durante a sessão pública de lances, o evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo Agente de Contratação, no caso de não exclusão pelo licitante nos moldes do item anterior.

8.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



8.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.



8.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de



Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada,



se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.19.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.19.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes

8.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



8.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.21. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

8.22.1 A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta do primeiro colocado não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

8.22.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

8.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.22.4. Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.22.5. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 3(três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares exigidos neste edital e anexos.

8.22.5.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período, nas seguintes situações:



a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;

b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.22.5.2. Quando da convocação da proposta adequada, o licitante deverá apresentá-la em conformidade com as regras dispostas no Termo de Referência – item “Dos critérios de aceitabilidade da proposta” (Anexo I), enviando, conforme modelo, caso seja ali exigido.

8.22.5.2.1. O Agente de Contratação poderá exigir que a proposta adequada seja enviada por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema <https://www.licitanet.com.br/> .

8.22.5.3. Juntamente com a proposta adequada a empresa deverá apresentar Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante no Anexo VIII;

8.27. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação poderá verificar se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 4.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF, SUCAF e/ou CAGEF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

e



c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às beneficiárias da LC 123/06, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.1.1 e 6.2.6 deste Edital.

9.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e anexos.

9.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.5.1 contiver vícios insanáveis;

9.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital e anexos, desde que insanável.

9.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas



diligências para que o licitante possa comprovar, eventualmente, a exequibilidade da proposta.

9.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou prospectos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresenta-lo(s) nas condições disciplinadas no referido documento, sob pena de desclassificação.

9.7.1. A convocação será feita pelo Agente de Contratação no “chat de mensagens” do item/grupo/lote arrematado.

9.7.2. O(s) resultado(s) da(s) avaliação(ções) será(ão) divulgado(s) no sistema eletrônico.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação previstos no Termo de Referência serão exigidos apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

10.2. Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, caso não estejam contemplados **e a documentação comprobatória de qualificação técnica** do licitante, caso exigidas no Termo de Referência, deverão ser enviados por meio da opção “Documentação de Habilitação” do sistema <https://portal.licitanet.com.br/>, quando solicitados pelo Agente de Contratação:

- a) Prova de regularidade relativa ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS);
- b) Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuições sociais;
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou positiva com efeitos de negativa;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal sede da empresa;



- f) Contrato social e a última alteração ou contrato de consolidação;
- g) Comprovante de inscrição no - CNPJ;
- h) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede ou domicílio da licitante.

10.2.1. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, caso ainda não anexados na plataforma, no prazo citado na plataforma, contados da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.

10.2.1.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período do solicitado na plataforma, nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;

b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

10.2.2. Os documentos remetidos através do sistema <https://portal.licitanet.com.br/> poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, caso haja dúvida justificada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação.

10.3. A verificação pelo Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

10.4. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;



10.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.7. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.8.1. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.

10.8.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste dital



e na legislação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.9.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.10. Comprovada a regularidade da habilitação, o licitante será reputado habilitado e será declarado vencedor do item/grupo/lote.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.6.1 Caso não seja possível incluir no campo específico do sistema eletrônico todas as informações e/ou documentos necessários para interpor as razões recursais ou contrarrazões, o licitante poderá solicitar “no chat de mensagens” o envio por e-mail das razões e documentos complementares.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 O descumprimento das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Licitante e/ou da Adjudicatária/Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades, na forma do Decreto Municipal nº 4.315/24:



13.1.1. advertência;

13.1.2. multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas.

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 4.315/2024.

13.1.3. impedimento de licitar e contratar;

13.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

13.2. A multa moratória pode ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

13.3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.



13.4. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pela autoridade superior da Administração Municipal

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo direto do Departamento de Compras e Licitações..

13.6. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:

a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;

b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;

c) o primeiro dia após o fim do prazo de 5 (cinco) dias, quando a notificação for publicada no DOM.

13.7. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.

13.8. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no DOM.

13.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



13.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Patrocínio serão observadas as determinações que se seguem.

14.2. O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

14.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

14.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

14.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

14.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

14.2.5. “prática obstrutiva” significa:

14.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo



de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

14.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

14.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

14.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, será denunciada no Ministério Público de Minas Gerais.

15.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

15.3. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência e oportunidade devidamente justificada, e deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.



15.4. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

15.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.8. A tolerância do Município de Patrocínio com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada não importará de forma alguma em alteração ou novação.

15.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.10. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

15.11. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo Agente de Contratação ou pela autoridade a ele superior, em conformidade com a legislação aplicável.



15.12. A participação do licitante neste procedimento licitatório implica em aceitação de todos os termos deste edital e Anexos.

15.13. Se a empresa vencedora não for cadastrada no SUCAF, a documentação apresentada para fins de habilitação poderá ser enviada ao órgão competente para as devidas providências relativas ao seu cadastramento.

15.13.1. Nessa hipótese, a exigência prevista no art. 4º do Decreto Municipal 4.315/2024 será cumprida mediante o encaminhamento da referida documentação e da proposta constando a solicitação para cadastramento.

15.14. Se a empresa vencedora já se encontrar cadastrada no SUCAF, deverá manter a documentação atualizada.

15.15. O Licitante/Contratado/Fornecedor/Conveniado fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

15.16. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

15.16.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

15.17. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem, nos serviços ou nas compras, e,



no caso de reforma de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

15.17.1. Para aditamento do quantitativo deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.315/2024, e suas alterações.

15.18. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.19. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no portal do município de Patrocínio e no portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.20. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Patrocínio/MG.

15.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.21.1. ANEXO I - Termo de Referência;

15.21.2. ANEXO II – Modelo de declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

15.21.3. ANEXO III – Modelo de declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

15.21.4 ANEXO IV – Modelo de declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

15.21.5. ANEXO V – Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;



15.21.6. ANEXO VI – Modelo de declaração de que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente;

15.21.7. ANEXO VII – Modelo de declaração para o licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

15.21.8. ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

15.21.9. ANEXO IX – Minuta do Contrato

15.21.10. ANEXO X – Anexo de Itens

Patrocínio-MG, 09 de maio de 2024.

Diefferson Virgílio dos Santos
Assessor técnico II



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Obras Publica

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Wellington Rodrigo Fernandes

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para a aquisição de ferramentas e materiais de ferragens, nos termos da(s) tabela(s) abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Secretaria Municipal de Obras

Grupo material de consumo

TRADUTOR	DESCRIÇÃO	UN	QTDE SOLICITADA	QTDE APROVADA	VL. UNIT.	VALOR PREVISTO
65216	ALAVANCA - MATERIA-PRIMA: FERRO, MEDIDAS: 1 POLEGADA X 1,8M (CÓDIGO ITEM: 512001800649120)	UN	50	50	168,3333	8.416,67
65462	ALICATE UNIVERSAL 8". (CÓDIGO ITEM: 512005540331422)	UN	100	100	35,4666	3.546,66
123184	BROCA COM ESCAREADOR 3MMX8MM PROFUNDIDADE DO FURO DO ESCAREADOR 14MM USO EM MADEIRA (CÓDIGO ITEM: 513300165896515)	1	100	100	38,8333	3.883,33
123185	BROCA PARA DOBRADICA DIAMETRO 35MM X7000 MM PARA USO EM MADEIRA (CÓDIGO ITEM: 513300165896516)	UN	100	100	32,3	3.230,00
115894	CADEADO TIPO COMUM MATERIA PRIMA LATAO MACICO COM HASTE DE ACO CEMENTADA E CROMADA E COM 2 CHAVES DE LATAO NIQUELADAS TAMANHO 20MM (CÓDIGO ITEM: 534001005888547)	UN	100	100	18,125	1.812,50
115895	CADEADO TIPO COMUM MATERIA PRIMA LATAO MACICO COM HASTE DE ACO CEMENTADA E CROMADA E COM 2 CHAVES DE LATAO NIQUELADAS TAMANHO 25MM (CÓDIGO ITEM: 534001005888548)	UN	100	100	24,265	2.426,50
115896	CADEADO TIPO COMUM MATERIA PRIMA LATAO MACICO COM HASTE DE ACO CEMENTADA E CROMADA E COM 2 CHAVES DE LATAO NIQUELADAS TAMANHO 30MM (CÓDIGO ITEM: 534001005888549)	UN	100	100	23,02	2.302,00
115898	CADEADO TIPO COMUM MATERIA PRIMA LATAO MACICO COM HASTE DE ACO CEMENTADA E CROMADA E COM 2 CHAVES DE LATAO NIQUELADAS TAMANHO 40MM (CÓDIGO ITEM: 534001005888551)	UN	100	100	34,2	3.420,00



9	CADEADO TIPO COMUM MATERIA PRIMA LATAO MACICO COM HASTE DE ACO CEMENTADA E CROMADA E COM 2 CHAVES DE LATAO NIQUELADAS TAMANHO 45MM (CÓDIGO ITEM: 534001005888552)	U N	100	100	38,78	3.878,00
115900	CADEADO TIPO COMUM MATERIA PRIMA LATAO MACICO COM HASTE DE ACO CEMENTADA E CROMADA E COM 2 CHAVES DE LATAO NIQUELADAS TAMANHO 50MM (CÓDIGO ITEM: 534001005888553)	U N	100	100	48,784	4.878,40
115902	CARRINHO DE MAO COM CACAMBA METALICA REFORCADA CHAPA 18 CAPACIDADE 60 LITROS FORMATO QUADRADO (CÓDIGO ITEM: 392000865888555)	U N	75	75	332,19	24.914,25
106927	CAVADEIRA ARTICULADA CABO DE MADEIRA 140. (CÓDIGO ITEM: 511003470121179)	U N	50	50	68	3.400,00
106928	CAVADEIRA ARTICULADA LIGHT 180CM. (CÓDIGO ITEM: 511003470121180)	U N	50	50	143,6666	7.183,33
88951	COLA DE CONTATO - ASPECTO: PASTOSO, APRESENTACAO: GALAO DE 2.800 KG (CÓDIGO ITEM: 804002130734900)	U N	50	50	139,7166	6.985,83
105607	COLHER DE PEDREIRO COM CABO DE MADEIRA 10". (CÓDIGO ITEM: 512001041282302)	U N	100	100	27,25	2.725,00
113387	COLHER DE PEDREIRO MATERIA PRIMA ACO POLIDO COLHER INTEIRICA SEM SOLDA COM CABO DE MADEIRA N 6 (CÓDIGO ITEM: 512001045872036)	U N	100	100	24	2.400,00
113388	COLHER DE PEDREIRO MATERIA PRIMA ACO POLIDO COLHER INTEIRICA SEM SOLDA COM CABO DE MADEIRA N 8 (CÓDIGO ITEM: 512001045872037)	U N	100	100	36,06	3.606,00
123167	CORREDICA TELESCOPICA MATERIA PRIMA ACO PINTURA EPOXI MEDIDAS 250MM APLICACAO CONFECCAO DE MOVEIS (CÓDIGO ITEM: 534003725896493)	UN	50	50	24,75	1.237,50
123168	CORREDICA TELESCOPICA MATERIA PRIMA ACO PINTURA EPOXI MEDIDAS 300MM APLICACAO CONFECCAO DE MOVEIS (CÓDIGO ITEM: 534003725896494)	UN	50	50	33,5275	1.676,38
123169	CORREDICA TELESCOPICA MATERIA PRIMA ACO PINTURA EPOXI MEDIDAS 350MM APLICACAO CONFECCAO DE MOVEIS (CÓDIGO ITEM: 534003725896495)	UN	50	50	12,765	638,25
123170	CORREDICA TELESCOPICA MATERIA PRIMA ACO PINTURA EPOXI MEDIDAS 400MM APLICACAO CONFECCAO DE MOVEIS (CÓDIGO ITEM: 534003725896496)	UN	50	50	14,6175	730,88
123171	CORREDICA TELESCOPICA MATERIA PRIMA ACO PINTURA EPOXI MEDIDAS 450MM APLICACAO CONFECCAO DE MOVEIS (CÓDIGO ITEM: 534003725896497)	UN	50	50	25,2	1.260,00
113371	DESEMPENADEIRA DE MADEIRA MEDIDAS 17 X 27 CM (CÓDIGO ITEM: 512001125872019)	UN	50	50	28,8366	1.441,83
64923	DESEMPENADEIRA DE PEQUENO PORTE - MATERIA PRIMA: MADEIRA 18X30. (CÓDIGO ITEM: 511003551014170)	UN	80	80	29,5333	2.362,66
113370	DESEMPENADEIRA DENTADA MTERIA PRIMA ACO CABO EM MADEIRA MEDIDAS 12 X 24 CM. COM DENTES QUADRADOS (CÓDIGO ITEM: 512001125872018)	UN	50	50	18,55	927,50
65197	DESEMPENADEIRA, PLASTICO, 18 X 30CM, ESTRIADA. (CÓDIGO ITEM: 512001120197831)	UN	50	50	17,8	890,00
123177	DISCO DE SERRA MATERIA PRIMA ACO CARBONO DIAMETRO DA SERRA 250MM ESPESSURA DO CORTE 32MM DIAMETRO DO FURO 30MM 80 DENTES. (CÓDIGO ITEM: 323000185896508)	UN	100	100	194,75	19.475,00
123173	DOBRADICA PISTAO CURVA 35MM EM ACO PROFUNDIDADE DO CANECO 113MM RECOMENDAO PARA PORTA COM ESPESSURA DE 16 A 26MM PARA MOVEIS EM GERAL (CÓDIGO ITEM: 534000465896504)	UN	100	100	11,8333	1.183,33
94980	ENXADA USO AGRICOLA - MATERIA PRIMA: ACO, TAMANHO: 2,5 LL COM CABO DE MADEIRA DE 150CM. (CÓDIGO ITEM: 375001711050893)	UN	200	200	63,6666	12.733,32



	ENXADA USO AGRICOLA - MATERIA PRIMA: FERRO E ACO, TAMANHO: 2,0 LBS. COM CABO DE MADEIRA DE 150CM (CÓDIGO ITEM: 375001710109096)	UN200	200	66,8666	13.373,32
94978	ENXADA USO AGRICOLA - MATERIA PRIMA: FERRO E ACO, TAMANHO: 3,0 LBS. COM CABO D EMADEIRA DE 150CM (CÓDIGO ITEM: 375001710108375)	UN200	200	87,6666	17.533,32
64939	ENXADAO - TIPO: LARGO, MATERIA-PRIMA: FERRO E ACO, MEDIDAS: 3,0 LBS. COM CABO D EMADEIRA DE 130CM. (CÓDIGO ITEM: 511004790107921)	UN100	100	60,9833	6.098,33
113365	ESCADA DE ALUMINIO ARTICULADA 4 X 4 COM 16 DEGRAUS ALTURA MAXIMA DE 4.5 METROS CAPACIDADE DE CARGA ATE 150 KG NUMERO DE POSICOES DE AJUSTE DA ESCADA 10 POSICOES (CÓDIGO ITEM: 544000315872012)	UN20	20	771,3333	15.426,67
123008	ESCADA DOBRAVEL DE ATE 6 DEGRAUS MATERIA PRIMA ALUMINIO. DEGRAUS 05 DEGRAUS. COM DEGRAUS EM MATERIAL ANTIDERRAPANTE E APOIO PLANO PARA OS PES SUPORTANDO APROXIMADAMENTE 120KG. (CÓDIGO ITEM: 544000825896314)	UN20	20	671,6666	13.433,33
113386	ESCOVA MANUAL DE ACO 3 FILEIRAS DE CERDAS EM ACO CARBONO COM CABO DE MADEIRA (CÓDIGO ITEM: 535002295872035)	UN100	100	7,8666	786,66
113373	ESPATULA FERRAMENTAL MATERIA PRIMA ACO COM CABO DE MADEIRA LARGURA DA LAMINA 2CM (CÓDIGO ITEM: 512003765872021)	UN100	100	17,2666	1.726,66
113374	ESPATULA FERRAMENTAL MATERIA PRIMA ACO COM CABO DE MADEIRA LARGURA DA LAMINA 4CM (CÓDIGO ITEM: 512003765872022)	UN100	100	20,7666	2.076,66
113375	ESPATULA FERRAMENTAL MATERIA PRIMA ACO COM CABO DE MADEIRA LARGURA DA LAMINA 6CM (CÓDIGO ITEM: 512003765872023)	UN100	100	15,1666	1.516,66
113376	ESPATULA FERRAMENTAL MATERIA PRIMA ACO COM CABO DE MADEIRA LARGURA DA LAMINA 8CM (CÓDIGO ITEM: 512003765872024)	UN100	100	36,72	3.672,00
114756	ESPUMA PARA ACABAMENTO DE REBOCO APRESENTACAO BLOCO DIMENSOES 15 CM (CÓDIGO ITEM: 568005415887318)	UN200	200	5,8	1.160,00
120230	ESQUADRO DE ALUMINIO PARA CARPINTEIRO 12 POLEGADAS COM CABO PLASTICO (CÓDIGO ITEM: 521008195893229)	UN50	50	22,125	1.106,25
123102	FECHADURA MATERIA PRIMA CONFECCIONADA EM ACO PLASTICO ABS E LATAO.TIPO ELETRICA12V TRA400 OU SISTEMA HDL COMPATIVEL UTILIZACAO PORTA E PORTAO (CÓDIGO ITEM: 534000545896416)	UN50	50	315	15.750,00
123112	FECHADURA MATERIA PRIMA EM LATAO CROMADO TIPO TUBULAR COM CHAVE E BOTAO UTILIZACAO PORTA DE DIVISORIA ACOMPANHA 2 DUAS CHAVES. (CÓDIGO ITEM: 534000545896427)	UN50	50	62,735	3.136,75
123114	FECHADURA PARA PORTA DE CORRER 3530/3534. PINTURA ELETROSTATICA TRINCO BICO DE PAPAGAIO DIRECAO DIREITA E ESQUERDA MATERIAL ALUMINIO ESPESSURA MINIMA 6MM E MAXIMA DE 10MM. ACOMPANHA DUAS CHAVES. (CÓDIGO ITEM: 534000545896429)	UN50	50	61	3.050,00
64893	FOICE - TIPO: ROCADEIRA. LAMINA EM AÇO COM OLHO DE 32MM CABO EM MADEIRA DE 110CM. (CÓDIGO ITEM: 511003040769916)	UN50	50	63,9066	3.195,33
123192	FORMAO KIT COM 4 UNIDADES MATERIA PRIMA ACO CARBONO BASE EM MADEIRA MEDIDAS 1UNIDADE COM 6MM 1 UNIDADE COM 12MM 1 UNIDADE COM 18MM E 1 UNIDADE COM 24MM COMPRIMENTO DO FORMAO DE 24CM. (CÓDIGO ITEM: 511000105896523)	KT10	10	103,9033	1.039,03
100472	GRAFITE SPRAY, FINALIDADE: LUBRIFICACAO, IMPERMEABILIZACAO, AGENTE DESLIZANTE, 200ML. (CÓDIGO ITEM: 685003510084263)	UN60	60	17,0666	1.024,00
123193	GRAMPO PARA MARCENARIA TIPO C MATERIA PRIMA FERRO FUNDIDO E PARAFUSOS PARA APERTO EM ACO CARBONO ZINCADO CAPACIDADE BITOLA 8 200MM (CÓDIGO ITEM: 512004815896524)	UN20	20	46,5733	931,47



12319 4	GRAMPO PARA MARCENEIRO TIPO C MATERIAL PRIMA FERRO FUNDIDO E PARAFUSO PARA APERTO EM ACO CARBONO ZINCADO CAPACIDADE 10 POLEGADAS 250MM (CÓDIGO ITEM: 512004815896525)	UN	20	20	73,7333	1.474,67
64841	LAMINA DE SERRA MANUAL FLEXIBILIDADE FLEXIVEL MATERIAPRIMA ACO RAPIDO MEDIDAS 12 POLEGADAS DENTES POR POLEGADA 18 DPP (CÓDIGO ITEM: 511001770750956)	UN	100	100	13,4933	1.349,33
61058	LAMINA DE SERRA TICOTICO BIMENTAL 14DBC BU21420 (CÓDIGO ITEM: 323000851024531)	UN	200	200	12,5	2.500,00
65628	LAPIS PARA CARPINTEIRO/MARCENEIRO COM GRAFITE RESISTENTE E PONTA GROSSA. (CÓDIGO ITEM: 512007400420522)	UN	300	300	2,8	840,00
64754	LIMA PARA ENXADA 8 (CÓDIGO ITEM: 511000290336980)	UN	100	100	18,3	1.830,00
12301 1	LINHA PARA PEDREIROMATERIA PRIMA NYLON MEDINDO 100 METROS. (CÓDIGO ITEM: 521007315896317)	RL	300	300	13,1	3.930,00
11590 5	MANGUEIRA DE NIVEL MATERIA PRIMA PVC FINALIDADE PARA CONSTRUCAO CIVIL MEDIDAS CINCO DEZESSEIS AVOS POR UM MILIMETRO (CÓDIGO ITEM: 472000145888558)	MT	1.000	1.000	2,2125	2.212,50
65008	MARRETA - MATERIA-PRIMA: FERRO, PESO: 2KG, COM CABO. (CÓDIGO ITEM: 512000231282280)	UN	50	50	63,3333	3.166,66
65016	MARRETA - MATERIA-PRIMA: FERRO, PESO: 3KG, COM CABO. (CÓDIGO ITEM: 512000230796859)	UN	50	50	113,6666	5.683,33
65010	MARRETA - MATERIA-PRIMA: FERRO, PESO: 5KG, COM CABO. (CÓDIGO ITEM: 512000230337170)	UN	50	50	154,3333	7.716,67
65015	MARRETA DE 1KG COM CABO (CÓDIGO ITEM: 512000230796832)	UN	80	80	41	3.280,00
64992	MARTELO - TIPO: DE UNHA, TAMANHO OU PESO: CABECA MEDINDO 27MM, MATERIA-PRIMA: ACO CARBONO (CÓDIGO ITEM: 512000150332313)	UN	50	50	37	1.850,00
10870 0	NIVEL DE ALUMINIO 12". (CÓDIGO ITEM: 521008020000001)	UN	50	50	25,6666	1.283,33
11337 7	PA DE BICO N 4 COM CABO DE MADEIRA (CÓDIGO ITEM: 512001205872025)	UN	100	100	55	5.500,00
66311	PARAFUSO PH CHIP CAB CH 4,0 X 50. (CÓDIGO ITEM: 530500531341316)	UN	30.000	30.000	0,2466	7.398,00
66199	PARAFUSO PH CHIP CAB CH 4,5 X 40 (CÓDIGO ITEM: 530500101299697)	UN	30.000	30.000	0,2633	7.899,00
66323	PARAFUSO PH CHIP CAB CH 40 X 35. (CÓDIGO ITEM: 530500530431370)	UN	30.000	30.000	0,21	6.300,00
65217	PE DE CABRA REDONDO 3/4 POR 060 (CÓDIGO ITEM: 512001981249584)	UN	100	100	34,13	3.413,00
11590 8	PENEIRA REDONDA PARA CONSTRUCAO CIVIL ARO DE MADEIRA COM NO MINIMO 55 CM MALHA 6 (CÓDIGO ITEM: 512007325888561)	UN	100	100	63,6	6.360,00
11590 9	PENEIRA REDONDA PARA CONSTRUCAO CIVIL ARO DE MADEIRA COM NO MINIMO 55 CM MALHA 8 (CÓDIGO ITEM: 512007325888562)	UN	100	100	67,6666	6.766,66
11590 7	PENEIRA REDONDA PARA CONSTRUCAO CIVIL ARO DE MADEIRA MEDIDA COM NO MINIMO 55 CM MALHA 4 (CÓDIGO ITEM: 512007325888560)	UN	100	100	64,3333	6.433,33
65226	PICARETA - MATERIA PRIMA: ACO TEMPERADO, MEDIDAS: 500MM, TIPO: DE PONTA, CABO: COM CABO EM MADEIRA (CÓDIGO ITEM: 512002790584746)	UN	100	100	83,6666	8.366,66
11469 5	PNEU PARA CARRINHO DE MAO MEDIDAS 3.25 X 8 (CÓDIGO ITEM: 261000535887248)	UN	300	300	39,1	11.730,00
11590 3	PONTEIRO MANUAL MATERIA PRIMA METAL MEDIDA 12 POLEGADAS (CÓDIGO ITEM: 511005255888556)	UN	100	100	21,9766	2.197,66
11449 2	PREGO MATERIA PRIMA FERRO GALVANIZADO TAMANHO 13 X 18 ATE 26 X 62 (CÓDIGO ITEM: 531502955887015)	KG	1.250	1.250	24,625	30.781,25



9	PRUMO DE METAL PARA PAREDE MATERIAL BASE DE APOIO MADEIRA E MASSA DO PRUMO 500 GRAMAS (CÓDIGO ITEM: 521006855893228)	UN	100	100	35,6666	3.566,66
123176	PUXADOR MATERIAL ALUMINIO ACABAMENTO CROMADO APLICACAO MOBILIARIO COMPRIMENTO 128MM TIPO ALCA (CÓDIGO ITEM: 534001605896507)	UN	100	100	19,9333	1.993,33
113366	REGADOR MATERIA PRIMA PVC CAPACIDADE 8 LITROS (CÓDIGO ITEM: 724000485872013)	UN	80	80	28,4	2.272,00
123183	RODIZIO MATERIA PRIMA BASE EM ACO E RODA EM POLIURETANO DIAMETRO DA RODA 35MM LARGURA 19MM COR TRANSPARENTE TAMANHO DA PLACA 45X45 COM TRAVA CAPACIDADE DE CARGA 35KG (CÓDIGO ITEM: 719700295896514)	UN	100	100	47,6666	4.766,66
123181	RODIZIO MATERIA PRIMA BASE EM ACO E RODA EM POLIURETANO DIAMETRO DA RODA 50MM LARGURA 20MM COR TRANSPARENTE TAMANHO DA PLACA 42X42MM COM TRAVA CAPACIDADE DE CARGA ATE 50 KG (CÓDIGO ITEM: 719700295896512)	UN	100	100	61,8	6.180,00
123182	RODIZIO MATERIA PRIMA BASE EM ACO RODA EM POLIURETANO DIAMETRO DA RODA 35MM LARGURA 19MM COR TRANSPARENTE TAMANHO DA PLACA 45X45MM SEM TRAVA CAPACIDADE DE CARGA 35 KG (CÓDIGO ITEM: 719700295896513)	UN	100	100	47,5	4.750,00
94982	SERROTE PARA PODA - MATERIA PRIMA: LAMINA DE ACO FORJADO E CABO DE MADEIRA., TAMANHO DA LAMINA: 24 POLEGADAS (CÓDIGO ITEM: 375001980161551)	UN	50	50	59	2.950,00
94983	SERROTE PARA PODA MEDIO - MATERIA PRIMA: LAMINA DE ACO FORJADO E CABO DE MADEIRA, TAMANHO DA LAMINA: 20 POLEGADAS (CÓDIGO ITEM: 375001980517593)	UN	50	50	50,6666	2.533,33
64783	TALHADEIRA - MATERIA-PRIMA: ACO TEMPERADO, TIPO: PLANA, MEDIDAS: 5/16 X 1 X 12POLEGADAS, EMPUNHADURA: COM EMPUNHADURA EM PVC (CÓDIGO ITEM: 511000880436704)	UN	50	50	21,6666	1.083,33
113385	TORQUES ARMADOR MATERIA PRIMA ACO COMPRIMENTO 11 POLEGADAS COM CABO ISOLADO E EMBORRACHADO (CÓDIGO ITEM: 511004105872034)	UN	50	50	48,6666	2.433,33
120227	TRENA COM CAIXA PLASTICA EMBORRACHADA 3 METROS MATERIAL AÇO LARGURA DA LAMINA DE 13MM, ENROLAMENTO AUTOMATICO COM TRAVA (CÓDIGO ITEM: 521008185893226)	UN	50	50	13,95	697,50
66130	TRENA DE PRECISÃO ATÉ 50 METROS - MATERIA PRIMA - AÇO ESMALTADO, CAPACIDADE DE MEDIDA - 10 METROS X 25MM, ESCALA EM MM E CM. (CÓDIGO ITEM: 521002600717711)	UN	50	50	75,6666	3.783,33
62467	VASSOURA METALICA - PALHETA: 18, TIPO: REGULAVEL, CABO: MADEIRA DE 120CM (CÓDIGO ITEM: 421000700629995)	UN	600	600	23,67	14.202,00
TOTAL GERAL:						
431.075,06						

Secretaria Municipal de Obras

Grupo material permanente

TRADUTOR	DESCRIÇÃO	UN	QTDE SOLICITADA	QTDE APROVADA	VL. UNIT.	VALOR PREVISTO
123013	TRENA ELETRONICA APLICACAO MEDICOES PRECISAS EM INTERIORE E EXTERIORES. ALCANCE DE 0.15 METROS A 30 METROS. PRECISAO OU 2.0MM. ALIMENTACAO PILHA AA OU AAA ALCALINAS. AUTONOMIA 3.000 MEDICOES. (CÓDIGO ITEM: 521008185896319)	UN	15	15	801,25	12.018,75



12301 4	TRENA ELETRONICA APLICACAO PARA MEDICOES PRECISAS EM INTERIORES E EXTERIORES ALCANCE ENTRE 0.5M E 70M PRECISAO OU 1.5MM. ALIMENTACAO 4 PILHAS AAA DE 15 VOLTS. (CÓDIGO ITEM: 521008185896321)	UN	15	15	639,75	9.596,25
------------	---	----	----	----	--------	----------

TOTAL GERAL: 21.615,00

OUTRAS INFORMAÇÕES:

1.2. O(s) bem(ns) objeto desta contratação se enquadra(m) como sendo bem(ns) comuns, conforme Decreto Municipal nº 4.312, de 2024, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Da Contratação:

1.3.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, vinculado à Ata de Registro de Preços e em conformidade com a legislação pertinente, bem como Decreto Municipal nº 4.315, de 2024.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa para a Contratação, para a utilização do Sistema de Registro de Preços, bem como dos quantitativos a serem registrados, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UMA TODA CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da indicação de marcas ou modelos:



4.1.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação, uma vez que a descrição do objeto já delinea todas as suas características essenciais.

4.1.2 Os objetos listados para esse certame precisam ser de primeira linha e de boa qualidade.

4.2. Da exigência de prospectos/manuais

4.2.1. Juntamente com a proposta de preços ajustada, o licitante arrematante deverá entregar Manual, Prospecto Técnico Ilustrativo e/ou Catálogo do(s) bem(ns) contendo a especificação técnica para análise e conferência com as especificações do(s) bem(ns) licitados. Os prospectos/catálogos deverão ser entregues no prazo de 48 horas.

4.2.2 Os prospectos são referentes aos itens do grupo de materiais permanentes:

TRENA ELETRONICA APLICACAO MEDICOES PRECISAS EM INTERIORE E EXTERIORES. ALCANCE DE 0.15 METROS A 30 METROS. PRECISAO OU 2.0MM. ALIMENTACAO PILHA AA OU AAA ALCALINAS. AUTONOMIA 3.000 MEDICOES.

TRENA ELETRONICA APLICACAO PARA MEDICOES PRECISAS EM INTERIORES E EXTERIORES ALCANCE ENTRE 0.5M E 70M PRECISAO OU 1.5MM. ALIMENTACAO 4 PILHAS AAA DE 15 VOLTS.

4.2.3. Será desclassificada a proposta cujo manual, prospecto, catálogo estejam em desacordo com as especificações técnicas.

4.4. Subcontratação

4.4.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.

4.5. Da participação de consórcios:

4.5.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do(s) bem(ns) a ser(em) adquirido(s), considerando



que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer o(s) bem(ns) de forma independente.

5.MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Forma de fornecimento e condições de entrega

5.1.1. O prazo máximo de entrega do(s) bem(ns) é de 10 (dez) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil pelo Detentor.

5.1.2. Os locais de entrega, cuja relação encontra-se no Anexo da Ata de Registro de Preços, serão os indicados na Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.

5.1.3. Durante a execução do fornecimento, os locais de entrega poderão sofrer modificações, a critério da Administração Pública, dentro do Município de Patrocínio, conforme descrito na Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.

5.1.4. O(s) produto(s) deverá(ão) ser descarregado(s) e entregue(s) no interior dos locais designados para a entrega.

5.1.5. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) em sua(s) embalagem(ns) original(is) e individual(is), dentro da mais perfeita integridade, ou seja, sem avarias e/ou danos no manuseio.

5.1.6 Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas à natureza do(s) mesmo(s), ou seja, que resistam ao peso, à forma e às condições de transporte, garantindo que seja(m) entregue(s) em perfeito estado de conservação e limpeza. O produto danificado não será recebido.

5.1.7. Os grupos dos produtos entregues pelo Detentor durante a execução do registro de preços poderão ser objetos de análise, por amostragem, a critério da Administração Pública, para verificar, a qualquer tempo, a qualidade do produto adquirido.



5.1.8. É vedada, tanto a entrega do(s) produto(s) por parte do Detentor, quanto o recebimento do(s) mesmo(s) pelos órgãos participantes com marca(s) diferente(s) da(s) aprovada(s) e devidamente publicada(s) no Diário Oficial do Município de Patrocínio.

5.1.9. O Detentor somente poderá entregar o(s) produto(s) nos horários e locais estabelecidos pelos Órgãos Participantes. Também deverá respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização do(s) produto(s), além das exigências e padrões definidos neste TR.

5.2. Garantia técnica, manutenção e/ou assistência técnica

5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente da ARP, ou outro instrumento hábil que o substitua, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 4.315, de 2024, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 4.315, de 2024 e do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto:

7.1.1. O(s) bem(ns) será(ão) recebido(s) provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. O(s) bem(ns) poderá(ão) ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2(dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2(dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela



Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do(s) bem(ns) e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.1.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.2. Prazo de pagamento

7.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do adimplemento.

7.2.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo (se houver) e o quantitativo efetivamente entregue.

7.2.3. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente.

7.2.4. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

7.3. Forma de pagamento

7.3.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.



7.3.2. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com a Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.

7.3.3. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item

8.2. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1. Habilitação jurídica

8.2.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



8.2.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).



8.2.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.2.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.2.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

8.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.



8.3.6. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

8.3.7. Os documentos referidos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.4. Qualificação Econômico-Financeira

8.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.4.1.1. Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

8.5.1. A proposta de preços deverá conter:

8.5.1.1. Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

8.5.1.2. Modalidade e número da licitação;

8.5.1.3. Especificação do objeto licitado, sendo obrigatório constar a marca (quando for o caso);

8.5.1.3.1. No caso da a marca possuir mais de um modelo, o licitante deverá informá-lo.

8.5.1.4. Valor global do grupo/lote, discriminando o valor unitário e total do(s) item(ns) que o compõe;



8.5.1.4.1. O(s) valor(es) unitário(s) e total(is) deve(m) ser apresentado(s) em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.5.1.4.2. o valor global deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.5.1.4.2.1. Quando a divisão do valor total/global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais. O valor global de cada grupo/lote obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.

8.5.1.5. Declaração de validade da proposta de **90 (noventa)** dias, contados da assinatura.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Das obrigações do Órgão ou da Entidade Gerenciadora

9.1.1. Gerenciar a ARP, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o detentor, as quantidades e os valores a serem praticados.

9.1.2. Acompanhar os preços de mercado e registrados, bem como conduzir os procedimentos relativos às alterações dos preços registrados e substituições de marcas, devidamente justificados;

9.1.4. Avaliar a solicitação motivada de inclusão ou alteração de itens sugeridos pelos órgãos ou pelas entidades da administração municipal, promovendo, se for o caso, a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos para atender aos requisitos de padronização e racionalização;



9.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do SRP.

9.1.6. Publicar no Diário Oficial do Município Patrocínio as alterações de preço(s) e marca(s).

9.1.7. Exercer as demais competências constantes do Decreto Municipal n. 4.315, de 2023.

9.3. Das obrigações do Detentor

9.3.1. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelos Órgãos Participantes.

9.3.2. Atender, no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.

9.3.3. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.

9.3.4. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município de Patrocínio pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora.

9.3.5. Entregar o(s) produto(s) no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e nesta ARP.

9.3.6. Responsabilizar-se pelo transporte do(s) produto(s) de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento até o interior do local de entrega.

9.3.7. Garantir a boa qualidade do(s) produto(s) fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.



9.3.7.1. O Detentor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento desta ARP.

9.3.8. Substituir, após solicitação do Órgão ou Entidade Gerenciadora, ou propor a substituição da(s) marca(s) do(s) produto(s) registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados no edital e nesta ARP, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável.

9.3.9. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.

9.3.10. Entregar, o(s) laudo(s) de análise do(s) produto(s), quando necessário e exigido pela Administração, durante a execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.

9.3.11. Manter, durante toda a vigência desta ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Órgão ou Entidade Gerenciadora ou Órgão Participante, quando solicitadas.

9.3.12. Comunicar ao Órgão ou Entidade Gerenciadora toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

9.3.13. Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

9.3.14. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.



9.3.15. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.

9.3.16. Responder, integralmente, pelos danos causados ao Órgão ou Entidade Gerenciadora ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução desta ARP, não reduzindo ou excluindo a

responsabilidade o mero fato de a execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do Órgão ou Entidade Gerenciadora e Órgãos Participantes.

9.3.17. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação é de \$431.075,06 (quatrocentos e trinta e um mil, setenta e cinco reais e seis centavos), referente ao material de consumo.

O valor do material permanente é de \$21.615,00(vinte e um mil e seiscentos e quinze reais).

Total geral 452.690,06(quatrocentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e noventa reais e seis centavos.)

Conforme valores apostos na tabela disposta no item 1.

11.2 Os valores foram definidos através de pesquisa de preço dentro de banco de preços oficiais e de fornecedores do Município e região que se encontram habilitados para o fornecimento dos produtos requeridos.



12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação (ções) orçamentária(s):

ÓRGÃOS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
Gabinete do prefeito	02.01.01.04.122..0009.2.006.3.3.90.30.00.001500 – ferramentas
	02.01.01.04.122..0009.2.006.3.3.90.30.00.001500 – material manut. bens móveis
Assessoria de Comunicação	02.01.01.04.131..0009.2.160.3.3.90.30.00.001500 – ferramentas
	02.01.01.04.131..0009.2.160.3.3.90.30.00.001500- material manut. bens móveis
Sec. M. de Trânsito e Transporte	02.01.14.01.06.122.0008.2.146.3.3.90.30.00.001500 – ferramentas
	02.01.14.01.06.122.0008.2.146.3.3.90.30.00.001500 – material manut. bens móveis
Sec. M. de Urbanismo	02.01.11.01.15.122.0010.2.057.3.3.90.30.00.001500 - ferramentas
	02.01.11.01.15.122.0010.2.057.3.3.90.30.00.001500 – material manut. bens móveis
Sec. M. Finanças	02.01.04.01.04.123.0009.2.015.3.3.90.30.00.001500 – ferramentas
	02.01.04.01.04.123.0009.2.015.3.3.90.30.00.001500 – material manut. bens móveis
Procuradoria	02.01.02.01.02.061.0009.2.008.3.3.90.30.00.001500 – ferramentas
	02.01.02.01.02.061.0009.2.008.3.3.90.30.00.001500 – material manut. bens móveis
PROCON	02.01.02.01.02.062.0009.2.162.3.3.90.30.00.001500 – ferramentas
	02.01.02.01.02.062.0009.2.162.3.3.90.30.00.001500 – material manut. bens móveis
Sec. M. de Administração	02.01.03.01.04.122.0009.2.010.3.3.90.30.00.001500 – ferramentas
	02.01.03.01.04.122.0009.2.010.3.3.90.30.00.001500 – material manut. bens móveis
Cemitério Municipal	02.01.03.01.04.122.0009.2.054.3.3.90.30.00.001500 – ferramentas
	02.01.03.01.04.122.0009.2.054.3.3.90.30.00.001500 – material manut. bens móveis
Fenacafe	02.01.03.01.04.122.0009.1.187.3.3.90.30.00.001500 – ferramentas



	02.01.03.01.04.122.0009.1.187.3.3.90.30.00.001500 – material manut. bens móveis
Tiro de Guerra	02.01.03.01.04.122.0009.2.899.3.3.90.30.00.001500 – ferramentas
	02.01.03.01.04.122.0009.2.899.3.3.90.30.00.001500 – material manut. bens móveis
Sec. Recurso Humanos	02.01.08.01.04.122.0009.2.899.3.3.90.30.00.001500 – ferramentas
	02.01.08.01.04.122.0009.2.899.3.3.90.30.00.001500 – material manut. bens móveis
Sec.M. de Educação	02.01.06.01.12.122.0002.2.016.3.3.90.30.00.001500 – <i>ferramentas</i>
	02.01.06.01.12.122.0002.2.016.3.3.90.30.00.001500 – <i>material manutenção de bens móveis</i>
Sec.M. de Cultura	02.01.05.01.04.122.0003.2.123.3.3.90.30.00.001500 – <i>ferramentas</i>
	02.01.05.01.04.122.0003.2.123.3.3.90.30.00.001500 – <i>material manutenção de bens móveis</i>
Sec. M. de Saúde	02.01.07.01.10.122.0020.2.992.3.3.90.30.00.001500 - <i>ferramentas</i>
	02.01.07.01.10.122.0020.2.992.3.3.90.30.00.001500 – <i>material manutenção de bens moveis</i>
Sec. M. de Obras Publica	02.01.09.01.04.122.0010.2.041.3.3.90.30.00.001500 – <i>ferramentas</i>
	02.01.09.01.04.122.0010.2.041.3.3.90.30.00.001500 – <i>material manutenção de bens móveis</i>
Sec.M. de Desenvolvimento Social	02.01.10.01.04.122.0009.2.048.3.3.90.30.00.001500 – <i>ferramentas</i>
	02.01.10.01.04.122.0009.2.048.3.3.90.30.00.001500 – <i>material manutenção de bens móveis</i>
Sec.M. de Esportes	02.01.12.01.27.122.0003.2.062.3.3.90.30.00.001500 – <i>ferramentas</i>
	02.01.12.01.27.122.0003.2.062.3.3.90.30.00.001500 – <i>material manutenção de bens móveis</i>
Sec. M.de Agricultura	02.01.13.01.04.122.0004.2.066.3.3.90.30.00.001500 – <i>ferramentas</i>
	02.01.13.01.04.122.0004.2.066.3.3.90.30.00.001500 – <i>material manutenção de bens móveis</i>
Sec. M. de Meio Ambiente	02.01.17.01.04.122.0006.2.300.3.3.90.30.00.001500 – <i>ferramentas</i>
	02.01.17.01.04.122.0006.2.300.3.3.90.30.00.001500 – <i>material manutenção de bens móveis</i>
Sec. M de Compras	02.01.18.01.04.122.0009.2.902.3.3.90.30.00.001500 – <i>ferramentas</i>
	02.01.18.01.04.122.0009.2.902.3.3.90.30.00.001500 – <i>material manutenção de bens móveis</i>



12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologada a licitação, será lavrado um documento vinculativo obrigacional com força de compromisso para futura aquisição denominado Ata de Registro de Preços - ARP.

13.1.1. Para a assinatura da ARP, a Adjudicatária deverá estar devidamente cadastrada no Sistema de Cadastramento do Município e comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstradas para habilitação.

13.4. A Adjudicatária terá até 05 (cinco) dias úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação.

13.4.1. O prazo para assinatura estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado, durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

13.5. É facultado ao Órgão ou Entidade Gerenciadora convocar os licitantes remanescentes quando o convocado não assinar a ARP no prazo e condições determinados no edital.

13.6. A ARP terá validade e vigência por 1 (um) ano, contado a partir da publicação do seu resumo no Diário Oficial do Município de Patrocínio, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.7. A ARP será lavrada em 02 (duas) vias.



13.8. A ARP a ser celebrada, conforme Minuta integrante do Edital, conterà, dentre suas cláusulas, as de: o órgão ou a entidade gerenciadora, o detentor, o objeto registrado, o valor total, os órgãos ou as entidades participantes, os preços unitários de mercado e registrados, as marcas registradas e os endereços de entrega, as obrigações, as sanções, as condições a serem praticadas e a diferença percentual entre o preço de mercado e o registrado, quando for o caso.

13.9. Para ciência dos interessados e efeitos legais, as publicações do extrato e do resumo da ARP no Diário Oficial do Município de Patrocínio serão providenciadas e correrão por conta e ônus da Administração Municipal.

14. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO:

Secretaria m. de Administração e Desenvolvimento Econômico.

Fiscal administrativo: Paulo Roberto Rocha Peixoto.

Secretaria Municipal de Urbanismo

Fiscal administrativo: Bruna Pacheco Vieira Santos

Secretaria Municipal de Saúde.

Fiscal administrativo: Laira Carolina Arvelos

Secretaria Municipal de Obras pública

Fiscal administrativo: Paulo Henrique Costa Campos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Fiscal administrativo: Lucas Freitas dos Santos.

Secretaria Municipal de Educação.

Fiscal administrativo: Suzana Maria de Avila oliveira

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Secretaria Municipal de Cultura e turismo.

Fiscal administrativo: Carla Cristina Silva.

Secretaria Municipal de esportes e lazer

Fiscal administrativo: Mirian Lauriel Fernandes

Secretaria M. de Segurança Pública, Transito e Transporte

Fiscal administrativo: Mariana Ribeiro Gorreri.



Secretaria Municipal de Compras e Licitação.

Fiscal Administrativo: Cintia Oliveira Moraes Takaioshi

Patrocínio 28 de fevereiro de 2024

Rosineide Abadia Machado
Resp 4576 Auxiliar de administração.

Geovana Rodrigues Gonçalves
Resp 6737 Agente Administrativo

Wellington Rodrigo Fernandes
Resp 80959 Secretario.



ANEXO II

Modelo de declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que:

1) cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos no edital do Pregão Eletrônico n. _____/_____;

2) a proposta foi elaborada em conformidade com as todas as exigências do edital do referido certame.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO III

Modelo de declaração sobre o trabalho de pessoas menores

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. n° _____ e CPF n° _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO IV

Modelo de declaração sobre inexistência de trabalho degradante ou forçado

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, Carteira de Identidade R.G. n° _____ e CPF n° _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

_____ (Local) _____, _____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO V

Modelo de declaração sobre reserva de cargos para pessoa com deficiência

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. n° _____ e CPF n° _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO VI

Modelo de declaração de que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. n° _____ e CPF n° _____ DECLARA, para todos os fins de direito, que cumpre plenamente as exigências do edital do processo licitatório em epígrafe e que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO VII

Modelo de declaração para licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. n° _____ e CPF n° _____ DECLARA, para todos os fins de direito, estar enquadrado como () microempresa, () empresa de pequeno porte ou () sociedade cooperativa, cumprindo os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO VIII

Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, Carteira de Identidade R.G. n° _____ e CPF n° _____ DECLARA que:

(a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e



que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO IX

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP – LEI 14.133/2021

Processo nº: 45/2024

Modalidade: Pregão RP

Edital nº: 24/2024

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE MARCENARIA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

O Município de Patrocínio/MG, inscrito no CNPJ sob o 18.468.033/0001-26 por intermédio do Prefeito Municipal, neste ato representada pelo Sr. Deiró Moreira Marra, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR OU ENTIDADE GERENCIADORA, celebra com a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na, na cidade de/....., neste ato representada por (nome e função na Detentora), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada DETENTOR, a presente Ata de Registro de Preços- ARP, documento vinculativo e obrigacional, com força de compromisso para o registro de preços para aquisições ferramentas e materiais de marcenaria para atender o município de Patrocínio/MG, conforme termo de referência, conforme condições, em que se registram os preços e as condições a serem praticadas, nos termos das disposições legais aplicáveis, especialmente a Lei Federal nº 14.133/21, decorrente do referido Pregão Eletrônico, mediante as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste o registro de preços para aquisições ferramentas e materiais de marcenaria para atender o município de Patrocínio/MG, conforme condições, conforme especificação(ções) e quantidade(s) estimada(s) constante(s) desta Ata de Registro de Preços - ARP.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A presente ARP terá vigência de 1 (um) ano contado a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município de Patrocínio/MG, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. No ato de prorrogação da vigência da ARP poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, caso em que deverá constar no ato o prazo a ser prorrogado e o quantitativo a ser renovado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1. O(s) preço(s), a(s) marca(s), a(s) quantidade(s) e a(s) especificação(ões) do(s) produto(s) a ser(em) fornecido(s) encontram-se indicados no Anexo I desta ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor total estimado para as aquisições decorrentes da presente ARP perfaz o montante de R\$

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S) :

02.01.09.01.04.122.0010.00.2041.4.4.90.52.180015000000000 - Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos

02.01.09.01.04.122.0010.00.2077.3.3.90.30.400015000000000 - Ferramentas

CLÁUSULA SEXTA – DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21, e nas demais normas complementares.

6.2. Uma vez registrados o(s) preço(s), a Administração poderá convocar o Detentor a fornecer o(s) produto(s) respectivo(s), na forma e condições fixadas no edital, anexos e nesta ARP.

6.3. A existência de preço(s) registrado(s) implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no instrumento convocatório e na sua proposta, mas



não obrigará a contratação, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

6.4. É vedada a aquisição do(s) produto(s) por valor(es) superior(es) ao(s) registrado(s) vigente(s).

6.5. O Detentor fica obrigado a atender a todos os pedidos de fornecimento efetuados durante a vigência do Registro de Preços.

6.6. O Detentor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento da ARP.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DA ATA

7.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante emissão de Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente, que substituirá o instrumento de contrato, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.2. A Secretaria Municipal solicitante encaminhará a Autorização de Fornecimento, orientando-os sobre os prazos para solicitações de compras.

7.3. A critério da Gerência solicitante, quando se fizer necessária a verificação da qualidade e do atendimento às legislações específicas pertinentes, a Administração determinará as análises necessárias e prazos para a entrega do(s) produto(s), com ônus para o Detentor, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE ENTREGA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE

8.1. As regras referentes aos prazos, locais e condições de entrega, acondimento, e transporte constam no Termo de Referência, Anexo I desta ARP.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO(S) PRODUTO(S)

9.1. As regras referentes ao recebimento do(s) produto(s) constam no Termo de Referência, Anexo I desta ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



10.1. As regras referentes às condições de pagamento constam no Termo de Referência, Anexo I desta ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ORGÃOS PARTICIPANTES

11.1. O referido processo licitatório será realizado de forma exclusiva para a Prefeitura Municipal de Patrocínio, não sendo permitido a participação de outros órgãos e futuras adesões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PESQUISA DE PREÇOS

12.1. As pesquisas de mercado deverão observar as disposições do Decreto Municipal, podendo consistir em consultas ao mercado, publicações especializadas, preços praticados no âmbito da administração pública, listas de instituições privadas e públicas de formação de preços ou outros meios praticados no mercado, ressalvadas as especificidades aplicáveis a obras e serviços de engenharia.

12.1.1. As consultas referidas no subitem anterior poderão ser realizadas por qualquer meio de comunicação, devendo ser certificadas pela autoridade competente.

12.1.2. A pesquisa de preços, a critério do Órgão ou Entidade Gerenciadora ou da autoridade competente para autorizar a contratação, poderá ser repetida sempre que necessário à preservação do interesse público, na forma do Decreto Municipal, considerado o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições específicas.

12.1.3. Será utilizada, preferencialmente, a média aritmética simples dos preços pesquisados como referência.

12.1.4. Qualquer alteração na forma da pesquisa de preço deverá ser devidamente motivada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO DETENTOR DA ATA.

13.1. As obrigações do Contratante e do Detentor da Ata constam no Termo de Referência, Anexo I desta ARP.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O contratante poderá cancelar o registro de preços do Detentor, total ou parcialmente, observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- I – Descumprimento parcial ou total, por parte do detentor, das condições da ARP;
- II – Quando o detentor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do registro de preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- III – Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP;
- IV – Nas hipóteses dos preços registrados não estiverem compatíveis com os praticados no mercado e o detentor se recusar a adequá-los na forma solicitada pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, prevista no edital e na ARP.
- V – Por razões de interesse público, reduzida a termo no processo;
- VI – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
- VII – Quando o detentor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a administração municipal;
- VIII – Quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública;
- IX – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração;
- X – Por ordem judicial.



- XI - No caso de alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato.
- XII - Nos casos em que o Detentor estiver envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XIII – No caso de não cumprimento da regra referente à subcontratação prevista no Termo de Referência, Anexo I desta ARP.

14.2. A notificação do Órgão ou Entidade Gerenciadora para o cancelamento do preço registrado será enviada diretamente ao Detentor da ARP por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio eficaz, e no caso da ausência do recebimento, a notificação será publicada no DOM.

14.3. A solicitação do Detentor para cancelamento do registro de preço deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado por prazo mínimo de quarenta e cinco dias, contado a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora.

14.4. O Detentor poderá solicitar o cancelamento do seu preço registrado na ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável a que venham comprometer o fornecimento do bem.

14.5. O cancelamento da ARP não afasta a possibilidade de aplicação de sanções, observadas as competências previstas Decreto Municipal.

14.6. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho da Autoridade Superior do Órgão ou Entidade Gerenciadora e publicado no Diário Oficial do Município de Patrocínio/MG.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

15.1. O Detentor obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei



nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

15.1.1. O Detentor obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

15.1.2. O Detentor deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

15.1.3. O Detentor não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.1.4. O Detentor não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.1.4.1. O Detentor obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

15.1.5. O Detentor fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.



15.1.5.1. Ao Detentor não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.1.5.1.1. O Detentor deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

15.1.6. O Detentor deverá notificar, imediatamente, o Órgão ou Entidade Gerenciadora no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.1.6.1. A notificação não eximirá o Detentor das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.1.6.2. O Detentor que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

15.1.7. O Detentor fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Órgão ou Entidade Gerenciadora/ para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

15.1.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Detentor e o Órgão ou Entidade Gerenciadora, bem como, entre o Detentor e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.



15.1.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Detentor a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O descumprimento das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Detentor, sujeitando-o às seguintes penalidades, na forma do Decreto Municipal.

16.1.1. advertência;

16.1.2. multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas.

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no Decreto Municipal.

16.1.3. impedimento de licitar e contratar;

16.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

16.2. A multa moratória pode ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.



16.3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

16.4. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Subsecretário Municipal ou ocupante de cargo equivalente, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

16.5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário ou autoridade máxima da entidade, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

16.6. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cujo termo inicial será:

- a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;
- b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;
- c) o primeiro dia após o fim do prazo de 5 (cinco) dias, quando a notificação for publicada no DOM.

16.7. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.

16.8. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da publicação da decisão no DOM.

16.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



17.1. Aplicam-se aos produtos todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

17.2. A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Detentor não importará de forma alguma em alteração ou novação.

17.3. Para ciência dos interessados e efeitos legais, a publicação do extrato da presente ARP no Diário Oficial do Município de Patrocínio/MG - será providenciada e correrá por conta e ônus do Município.

17.4. As questões decorrentes da utilização da presente Ata que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da cidade de Patrocínio/MG, eleito pelas partes com exclusão de qualquer outro.

Patrocínio _____ de _____ de 2024.

.....
Prefeito Municipal

.....
Fornecedor da Ata de Registro de Preços

Testemunhas:

1° _____

2° _____

CPF:

CPF:



ANEXO X

ANEXO DE ITENS

1 - Especificação dos itens, em ordem alfabética, solicitados no Processo Licitatório nº 45/2024:

Item	Qtde	Un	Especificação
0001	50	UN	ALAVANCA - MATERIA-PRIMA: FERRO, MEDIDAS: 1 POLEGADA X 1,8M
0002	100	UN	ALICATE UNIVERSAL 8".
0003	100	1	BROCA COM ESCAREADOR 3MMX8MM PROFUNDIDADE DO FURO DO ESCAREADOR 14MM USO EM MADEIRA
0004	100	UN	BROCA PARA DOBRADICA DIAMETRO 35MM X7000 MM PARA USO EM MADEIRA
0005	100	UN	CADEADO TIPO COMUM MATERIA PRIMA LATAO MACICO COM HASTE DE ACO CEMENTADA E CROMADA E COM 2 CHAVES DE LATAO NIQUELADAS TAMANHO 20MM
0006	100	UN	CADEADO TIPO COMUM MATERIA PRIMA LATAO MACICO COM HASTE DE ACO CEMENTADA E CROMADA E COM 2 CHAVES DE LATAO NIQUELADAS TAMANHO 25MM
0007	100	UN	CADEADO TIPO COMUM MATERIA PRIMA LATAO MACICO COM HASTE DE ACO CEMENTADA E CROMADA E COM 2 CHAVES DE LATAO NIQUELADAS TAMANHO 30MM
0008	100	UN	CADEADO TIPO COMUM MATERIA PRIMA LATAO MACICO COM HASTE DE ACO CEMENTADA E CROMADA E COM 2 CHAVES DE LATAO NIQUELADAS TAMANHO 40MM
0009	100	UN	CADEADO TIPO COMUM MATERIA PRIMA LATAO MACICO COM HASTE DE ACO CEMENTADA E CROMADA E COM 2 CHAVES DE LATAO NIQUELADAS TAMANHO 45MM
0010	100	UN	CADEADO TIPO COMUM MATERIA PRIMA LATAO MACICO COM HASTE DE ACO CEMENTADA E CROMADA E COM 2 CHAVES DE LATAO NIQUELADAS TAMANHO 50MM
0011	75	UN	CARRINHO DE MAO COM CACAMBA METALICA REFORCADA CHAPA 18 CAPACIDADE 60 LITROS FORMATO QUADRADO ACOMPANHA PNEU E CAMARA DE AR 3.25
0012	50	UN	CAVADEIRA ARTICULADA CABO DE MADEIRA 140.
0013	50	UN	CAVADEIRA ARTICULADA LIGHT 180CM.
0014	50	UN	COLA DE CONTATO - ASPECTO: PASTOSO, APRESENTACAO: GALAO DE 2.800 KG
0015	100	UN	COLHER DE PEDREIRO COM CABO DE MADEIRA 10".
0016	100	UN	COLHER DE PEDREIRO MATERIA PRIMA ACO POLIDO COLHER INTEIRICA SEM SOLDA COM CABO DE MADEIRA N 6
0017	100	UN	COLHER DE PEDREIRO MATERIA PRIMA ACO POLIDO COLHER INTEIRICA SEM SOLDA COM CABO DE MADEIRA N 8
0018	50	UN	CORREDICA TELESCOPICA MATERIA PRIMA ACO PINTURA EPOXI MEDIDAS 250MM APLICACAO CONFECACAO DE MOVEIS
0019	50	UN	CORREDICA TELESCOPICA MATERIA PRIMA ACO PINTURA EPOXI MEDIDAS 300MM APLICACAO CONFECACAO DE MOVEIS
0020	50	UN	CORREDICA TELESCOPICA MATERIA PRIMA ACO PINTURA EPOXI MEDIDAS 350MM APLICACAO CONFECACAO DE MOVEIS
0021	50	UN	CORREDICA TELESCOPICA MATERIA PRIMA ACO PINTURA EPOXI MEDIDAS 400MM APLICACAO CONFECACAO DE MOVEIS
0022	50	UN	CORREDICA TELESCOPICA MATERIA PRIMA ACO PINTURA EPOXI MEDIDAS 450MM APLICACAO CONFECACAO DE MOVEIS
0023	50	UN	DESEMPENADEIRA DE MADEIRA MEDIDAS 17 X 27 CM
0024	80	UN	DESEMPENADEIRA DE PEQUENO PORTE - MATERIA PRIMA: MADEIRA 18X30.
0025	50	UN	DESEMPENADEIRA DENTADA MTERIA PRIMA ACO CABO EM MADEIRA MEDIDAS 12 X 24 CM. COM DENTES QUADRADOS
0026	50	UN	DESEMPENADEIRA, PLASTICO, 18 X 30CM, ESTRIADA.
0027	100	UN	DISCO DE SERRA MATERIA PRIMA ACO CARBONO DIAMETRO DA SERRA 250MM ESPESSURA DO CORTE 32MM DIAMETRO DO FURO 30MM 80 DENTES.
0028	100	UN	DOBRADICA PISTAO CURVA 35MM EM ACO PROFUNDIDADE DO CANECO 113MM RECOMENDAO PARA PORTA COM ESPESSURA DE 16 A 26MM PARA MOVEIS EM GERAL
0029	200	UN	ENXADA USO AGRICOLA - MATERIA PRIMA: ACO, TAMANHO: 2,5 LL COM CABO DE MADEIRA DE 150CM.
0030	200	UN	ENXADA USO AGRICOLA - MATERIA PRIMA: FERRO E ACO, TAMANHO: 2,0 LBS. COM CABO DE MADEIRA DE 150CM
0031	200	UN	ENXADA USO AGRICOLA - MATERIA PRIMA: FERRO E ACO, TAMANHO: 3,0 LBS. COM CABO D EMADEIRA DE 150CM
0032	100	UN	ENXADAO - TIPO: LARGO, MATERIA-PRIMA: FERRO E ACO, MEDIDAS: 3,0 LBS. COM CABO D EMADEIRA DE 130CM.
0033	20	UN	ESCADA DE ALUMINIO ARTICULADA 4 X 4 COM 16 DEGRAUS ALTURA MAXIMA DE 4.5 METROS CAPACIDADE DE CARGA ATE 150 KG NUMERO DE POSICOES DE AJUSTE DA ESCADA 10 POSICOES
0034	20	UN	ESCADA DOBRATEL DE ATE 6 DEGRAUS MATERIA PRIMA ALUMINIO. DEGRAUS 05 DEGRAUS. COM DEGRAUS EM MATERIAL ANTIDERRAPANTE E APOIO PLANO PARA OS PES SUPORTANDO APROXIMADAMENTE 120KG.
0035	100	UN	ESCOVA MANUAL DE ACO 3 FILEIRAS DE CERDAS EM ACO CARBONO COM CABO DE MADEIRA
0036	100	UN	ESPATULA FERRAMENTAL MATERIA PRIMA ACO COM CABO DE MADEIRA LARGURA DA



			LAMINA 2CM
0037	100	UN	ESPATULA FERRAMENTAL MATERIA PRIMA ACO COM CABO DE MADEIRA LARGURA DA LAMINA 4CM
0038	100	UN	ESPATULA FERRAMENTAL MATERIA PRIMA ACO COM CABO DE MADEIRA LARGURA DA LAMINA 6CM
0039	100	UN	ESPATULA FERRAMENTAL MATERIA PRIMA ACO COM CABO DE MADEIRA LARGURA DA LAMINA 8CM
0040	200	UN	ESPUMA PARA ACABAMENTO DE REBOCO APRESENTACAO BLOCO DIMENSOES 15 CM
0041	50	UN	ESQUADRO DE ALUMINIO PARA CARPINTEIRO 12 POLEGADAS COM CABO PLASTICO
0042	50	UN	FECHADURA MATERIA PRIMA CONFECCIONADA EM ACO PLASTICO ABS E LATAO.TIPO ELETRICA12V TRA400 OU SISTEMA HDL COMPATIVEL UTILIZACAO PORTA E PORTAO FECHADURA ELETRICA DE SOBREPOR PARA PORTA E PORTAO DE METAL OU MADEIRA POSSUI BOTAO DE ABERTURA PELO LADO INTERNO. FREQUENCIA DE 50/60HZ.TENSAO DE 12V TRA 400 OU SISTEMA HDL COMPATIVEL, 15WATTS CILINDRO FIXO COM 40MM DE COMPRIMENTO COM AJUSTE NA PRESSAO DA MOLA. DEVERA VIR ACOMPANHADA DE MANUAL CERTIFICADODE GARANTIA 3 CHAVES GABARITO BOCAL E SUPORTE COM ROLETE.
0043	50	UN	FECHADURA MATERIA PRIMA EM LATAO CROMADO TIPO TUBULAR COM CHAVE E BOTAO UTILIZACAO PORTA DE DIVISORIA ACOMPANHA 2 DUAS CHAVES.
0044	50	UN	FECHADURA PARA PORTA DE CORRER 3530/3534. PINTURA ELETROSTATICA TRINCO BICO DE PAPAGAIO DIRECAO DIREITA E ESQUERDA MATERIAL ALUMINIO ESPESSURA MINIMA 6MM E MAXIMA DE 10MM. ACOMPANHA DUAS CHAVES.
0045	50	UN	FOICE - TIPO: ROCADEIRA. LAMINA EM AÇO COM OLHO DE 32MM CABO EM MADEIRA DE 110CM.
0046	10	KT	FORMAO KIT COM 4 UNIDADES MATERIA PRIMA ACO CARBONO BASE EM MADEIRA MEDIDAS 1UNIDADE COM 6MM 1 UNIDADE COM 12MM 1 UNIDADE COM 18MM E 1 UNIDADE COM 24MM COMPRIMENTO DO FORMAO DE 24CM.
0047	60	UN	GRAFITE SPRAY, FINALIDADE: LUBRIFICACAO, IMPERMEABILIZACAO, AGENTE DESLIZANTE, 200ML.
0048	20	UN	GRAMPO PARA MARCENARIA TIPO C MATERIA PRIMA FERRO FUNDIDO E PARAFUSOS PARA APERTO EM ACO CARBONO ZINCADO CAPACIDADE BITOLA 8 200MM
0049	20	UN	GRAMPO PARA MARCENEIRO TIPO C MATERIAL PRIMA FERRO FUNDIDO E PARAFUSO PARA APERTO EM ACO CARBONO ZINCADO CAPACIDADE 10 POLEGADAS 250MM
0050	100	UN	LAMINA DE SERRA MANUAL FLEXIBILIDADE FLEXIVEL MATERIAPRIMA ACO RAPIDO MEDIDAS 12 POLEGADAS DENTES POR POLEGADA 18 DPP
0051	200	UN	LAMINA DE SERRA TICOTICO BIMENTAL 14DBC BU21420
0052	300	UN	LAPIS PARA CARPINTEIRO/MARCENEIRO COM GRAFITE RESISTENTE E PONTA GROSSA.
0053	100	UN	LIMA PARA ENXADA 8
0054	300	RL	LINHA PARA PEDREIROMATERIA PRIMA NYLON MEDINDO 100 METROS.
0055	1.000	MT	MANGUEIRA DE NIVEL MATERIA PRIMA PVC FINALIDADE PARA CONSTRUCAO CIVIL MEDIDAS CINCO DEZESSEIS AVOS POR UM MILIMETRO
0056	50	UN	MARRETA - MATERIA-PRIMA: FERRO, PESO: 2KG, COM CABO.
0057	50	UN	MARRETA - MATERIA-PRIMA: FERRO, PESO: 3KG, COM CABO.
0058	50	UN	MARRETA - MATERIA-PRIMA: FERRO, PESO: 5KG, COM CABO.
0059	80	UN	MARRETA DE 1KG COM CABO
0060	50	UN	MARTELO - TIPO: DE UNHA, TAMANHO OU PESO: CABECA MEDINDO 27MM, MATERIA-PRIMA: ACO CARBONO
0061	50	UN	NIVEL DE ALUMINIO 12''.
0062	100	UN	PA DE BICO N 4 COM CABO DE MADEIRA
0063	30.000	UN	PARAFUSO PH CHIP CAB CH 4,0 X 50.
0064	30.000	UN	PARAFUSO PH CHIP CAB CH 4,5 X 40
0065	30.000	UN	PARAFUSO PH CHIP CAB CH 40 X 35.
0066	100	UN	PE DE CABRA REDONDO 3/4 POR 060
0067	100	UN	PENEIRA REDONDA PARA CONSTRUCAO CIVIL ARO DE MADEIRA COM NO MINIMO 55 CM MALHA 6
0068	100	UN	PENEIRA REDONDA PARA CONSTRUCAO CIVIL ARO DE MADEIRA COM NO MINIMO 55 CM MALHA 8
0069	100	UN	PENEIRA REDONDA PARA CONSTRUCAO CIVIL ARO DE MADEIRA MEDIDA COM NO MINIMO 55 CM MALHA 4
0070	100	UN	PICARETA - MATERIA PRIMA: ACO TEMPERADO, MEDIDAS: 500MM, TIPO: DE PONTA, CABO: COM CABO EM MADEIRA
0071	300	UN	PNEU PARA CARRINHO DE MAO MEDIDAS 3.25 X 8
0072	100	UN	PONTEIRO MANUAL MATERIA PRIMA METAL MEDIDA 12 POLEGADAS
0073	1.250	KG	PREGO MATERIA PRIMA FERRO GALVANIZADO TAMANHO 13 X 18 ATE 26 X 62
0074	100	UN	PRUMO DE METAL PARA PAREDE MATERIAL BASE DE APOIO MADEIRA E MASSA DO PRUMO 500 GRAMAS
0075	100	UN	PUXADOR MATERIAL ALUMINIO ACABAMENTO CROMADO APLICACAO MOBILIARIO COMPRIMENTO 128MM TIPO ALCA
0076	80	UN	REGADOR MATERIA PRIMA PVC CAPACIDADE 8 LITROS
0077	100	UN	RODIZIO MATERIA PRIMA BASE EM ACO E RODA EM POLIURETANO DIAMETRO DA RODA 35MM LARGURA 19MM COR TRANSPARENTE TAMANHO DA PLACA 45X45 COM TRAVA CAPACIDADE DE CARGA 35KG
0078	100	UN	RODIZIO MATERIA PRIMA BASE EM ACO E RODA EM POLIURETANO DIAMETRO DA RODA 50MM LARGURA 20MM COR TRANSPARENTE TAMANHO DA PLACA 42X42MM COM TRAVA CAPACIDADE DE CARGA ATE 50 KG
0079	100	UN	RODIZIO MATERIA PRIMA BASE EM ACO RODA EM POLIURETANO DIAMETRO DA RODA



			35MM LARGURA 19MM COR TRANSPARENTE TAMANHO DA PLACA 45X45MM SEM TRAVA CAPACIDADE DE CARGA 35 KG
0080	50	UN	SERROTE PARA PODA - MATERIA PRIMA: LAMINA DE ACO FORJADO E CABO DE MADEIRA., TAMANHO DA LAMINA: 24 POLEGADAS
0081	50	UN	SERROTE PARA PODA MEDIO - MATERIA PRIMA: LAMINA DE ACO FORJADO E CABO DE MADEIRA, TAMANHO DA LAMINA: 20 POLEGADAS
0082	50	UN	TALHADEIRA - MATERIA-PRIMA: ACO TEMPERADO, TIPO: PLANA, MEDIDAS: 5/16 X 1 X 12POLEGADAS, EMPUNHADURA: COM EMPUNHADURA EM PVC
0083	50	UN	TORQUES ARMADOR MATERIA PRIMA ACO COMPRIMENTO 11 POLEGADAS COM CABO ISOLADO E EMBORRACHADO
0084	50	UN	TRENA COM CAIXA PLASTICA EMBORRACHADA 3 METROS MATERIAL AÇO LARGURA DA LAMINA DE 13MM, ENROLAMENTO AUTOMATICO COM TRAVA
0085	50	UN	TRENA DE PRECISÃO ATÉ 50 METROS - MATERIA PRIMA - AÇO ESMALTADO, CAPACIDADE DE MEDIDA - 10 METROS X 25MM, ESCALA EM MM E CM.
0086	15	UN	TRENA ELETRONICA APLICACAO MEDICOES PRECISAS EM INTERIORE E EXTERIORES. ALCANCE DE 0.15 METROS A 30 METROS. PRECISAO OU 2.0MM. ALIMENTACAO PILHA AA OU AAA ALCALINAS. AUTONOMIA 3.000 MEDICOES. EQUIPAMENTO ELETRONICO PORTATIL, DESTINADO A MENSURAR A LASER DISTANCIAS DE 0.15 METROS A 30 METROS CAPAZ DE CALCULAR AREA E SOMAR COMPRIMENTOS. TAMANHO ERGONOMICO QUE PERMITA O USUARIO UTILIZA LA COM APENAS UMA DAS MAOS. DISPLAY LUMINOSO DE FACIL VISUALIZACAO DOS DADOS. FUNCAO DE DESLIGAMENTO AUTOMATICO
0087	15	UN	TRENA ELETRONICA APLICACAO PARA MEDICOES PRECISAS EM INTERIORES E EXTERIORES ALCANCE ENTRE 0.5M E 70M PRECISAO OU 1.5MM. ALIMENTACAO 4 PILHAS AAA DE 15 VOLTS. TRENA LASER COMPACTA PORTATIL FORMATO ERGONOMICO. DISPOSITIVO DE DESCONEXAO.
0088	600	UN	VASSOURA METALICA - PALHETA: 18, TIPO: REGULAVEL, CABO: MADEIRA DE 120CM